

O Positivismo e os ideais de modernização do País

José Luís Brandão da Luz

Numa época em que Alexandre Herculano, no seu retiro de Vale de Lobos, deplorava os improvisos da Regeneração e a apropriação das conquistas das ciências por uma indústria totalmente insensível ao melhoramento moral e social do País, Fontes Pereira de Melo, na ânsia de justificar o sucesso da sua actuação política com indicadores de progresso baseados na riqueza e no capital, empenhava-se ardentemente na tarefa de pôr o País a “correr a vapor”, na visão pitoresca do *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins. Fascinado pela ideia de que o caminho-de-ferro nos colocaria na rota do desenvolvimento, equacionava no Parlamento, a 18 de Janeiro de 1865, ano da Exposição Internacional do Porto, realizada no Palácio de Cristal para promoção da indústria, o sentido dominante do seu programa governativo, nos seguintes termos: “Acima do cavalo da diligência está o trâmuei, acima deste a locomotiva, e acima de tudo o progresso”⁽¹⁾. A recuperação do atraso económico far-se-ia acompanhar do esforço determinado em aproveitar os inquestionáveis benefícios que o desenvolvimento das ciências poderia trazer para modernizar a agricultura, expandir a indústria, investir no ensino aplicado e dotar o País de uma rede viária e ferroviária que o tirasse do isolamento.

Este desencontro de perspectivas e de sentimentos, que de algum modo traduzia a avaliação da linha de rumo da política da Regeneração, acabou por se decidir a favor de um investimento sem precedentes na mecanização da indústria e dos transportes e de todo um programa de modernização do País⁽²⁾. É neste clima que Hintze Ribeiro entra em cena, vindo de Coimbra, para engrossar as fileiras do Partido Regenerador, chefiado por Fontes Pereira de Melo. A meados dos anos 70, o partido, como também aconteceu com o Partido Progressista, procedeu à renovação dos quadros, pelo recrutamento de jovens bacharéis, na sua maioria diplomados pela Faculdade de Direito. Tratou-se de um processo que Teófilo classificou com desdém de “remonta de jovens metafísicos, prontos para todas

Título

Actas do Colóquio
Hintze Ribeiro (1849-1907)
da Regeneração ao Crepúsculo da Monarquia

Edição

Presidência do Governo Regional dos Açores / Direcção Regional da Cultura
Angra do Heroísmo / 2010

Colaboração

Universidade dos Açores

Concepção, paginação, revisão e impressão

Bizex – Consultoria, Gestão e Execução de Projectos

ISBN

978-972-647-232-2

Depósito Legal

306010/10

⁽¹⁾ Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, 1979, Guimarães & C.ª Editores, vol. II, p. 289.

⁽²⁾ Cf. Pedro Lains, “A Indústria”, em Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, Lisboa, 2005, Imprensa das Ciências Sociais, vol. II, O século XIX, pp. 271-281.

as tergiversões e habilidades dialécticas”⁽³⁾. Imbuídos de novas ideias, que o estudo dos autores positivistas e socialistas veiculava, trouxeram para o interior dos respectivos partidos uma nova forma de estar na política, que cortou amarras com o formalismo parlamentarista habitual e a subserviência às chefias partidárias. Hintze Ribeiro chegou nessa conjuntura ao Partido Regenerador, que acabou por chefiar, ao substituir Fontes, após a sua morte em 1887, integrando o grupo dos que, de ambos os lados, introduziram no Parlamento uma forma de actuar algo agitada e desregrada.

A entrada de Hintze Ribeiro na cena política portuguesa teve lugar em plena época de expansão do fontismo, um período marcado por um amplo programa de investimentos que tinha no horizonte a aposta na modernização do País. Pretendemos chamar a atenção para a importância que as concepções da filosofia positivista teriam desempenhado, se não na condução ou inspiração directa dessa política, pelo menos na clara convergência de propósitos de construir uma nova ordem económica e social assente fundamentalmente na difusão e aproveitamento dos benefícios das ciências, nos resultados das tecnologias e na recuperação das referências sociais e culturais do País.

1. Sinais de progresso

O deslumbramento pelas conquistas do conhecimento científico e o entusiasmo pelos resultados da sua aplicação tecnológica, numa economia que se industrializava, tomaram conta das novas gerações, perfeitamente convencidas de que viviam um tempo de profundas mudanças sociais e de uma nova ordem política em que queriam participar. Teixeira Bastos, na conferência que pronunciou em Tomar, a 26 de Agosto de 1879, com o título de *Progressos do Espirito Humano*, traduz bem estes sentimentos, ao enaltecer a onda de progresso que envolvia a Humanidade, sem paralelo em outras épocas. Assim, sublinha as profundas transformações trazidas pela abertura do canal do Suez, a aplicação da electricidade ao telégrafo, a mecanização da produção agrícola e industrial, a aplicação do vapor aos meios de transporte, que anulou o isolamento entre os países mais afastados da Europa, permitindo que se percorressem, por terra, “50 e 60 quilómetros no mesmo espaço de tempo que os nossos antepassados gastavam para andarem uma légua”. O desaparecimento das distâncias aproximava todos os povos dos benefícios da civilização e a Europa ganhava unidade sob a hegemonia do progresso.

Para Teixeira Bastos, que foi dos mais incondicionais adeptos dos ideais positivistas, o motor do progresso material que o século XIX estava a conhecer encontrava-se no desenvolvimento, sem precedentes, das ciências. Os segredos do universo e a composição da matéria foram conhecidos de forma mais ampla e precisa. Ao mesmo tempo descobriu-se o enraizamento orgânico da vida psíquica e desenvolveu-se uma abordagem da sociedade e da Cultura, com base na intensificação, entre outros, dos estudos de Etnologia, Arqueologia, análise comparativa das religiões, que contribuíam para delinear a acção política e fragilizar

os suportes das concepções religiosas. Esta expansão do conhecimento científico nos maiores países da Europa ocidental é vista pelos positivistas como o início de uma “nova civilização”, o advento de um “regime puramente científico”, que substituiria as concepções religiosas tradicionais e exigiria uma nova orientação social e política. Embora Portugal se não encontrasse na linha da frente dos países que contribuíam, de forma decisiva, para esse desenvolvimento, recebia forte influência do que de melhor se produzia no estrangeiro. “A filosofia de Augusto Comte e a filosofia de Herbert Spencer, as obras de Darwin e os estudos de Littré, os trabalhos de Huxley e Haeckel e as vulgarizações de Draper e de Buccknar, etc., etc., encontram de dia para dia maior número de leitores, de adeptos e de verdadeiros crentes no meio da sociedade portuguesa”⁽⁴⁾. Forma-se gradualmente no País uma consciência mais esclarecida e um novo poder espiritual que alimenta várias iniciativas de divulgação das novas ideias, por meio da publicação de livros, jornais e revistas, e pela acção de alguns professores que, nas escolas secundárias e superiores, “derramam uma instrução científica que contribui eficazmente para o desenvolvimento intelectual e para o crescimento progressivo dos elementos orgânicos da nova sociedade”⁽⁵⁾.

A preparação científica e técnica das novas gerações da classe média mereceu uma atenção especial do poder político, tendo sido criados, ao longo do século XIX, cursos, escolas e institutos com perfil diferente dos que existiam na Universidade de Coimbra. Em Lisboa e no Porto, surgem os Conservatórios de Artes e Ofícios, destinados a prepararem as novas gerações da classe média para o exercício profissional nas indústrias. Ainda nestas duas cidades são criadas, entre outras, escolas politécnicas, médico-cirúrgicas e industriais. O ensino técnico recebe um forte incremento, procedendo-se, entre outras medidas, a uma profunda reestruturação dos ensinamentos agrícola e industrial, organizando-os em três graus, todos com um cunho eminentemente prático. Em 1884, por ocasião da primeira grande Exposição Agrícola, realizada na capital, Filipe de Figueiredo, que se formara no Instituto Agrícola de Lisboa, criado em 1852, escreveu na *Revista de Estudos Livres* uma série de artigos em que analisava o estado dos principais produtos agrícolas do País e em que salientava a acção desenvolvida pelo Instituto em prol do sector. Também a Escola Politécnica de Lisboa, reconstruída em 1859, recebe um significativo impulso de revitalização com a ampliação do plano de estudos dos seus cursos, de dez para doze cadeiras fundamentais, a criação da área disciplinar de *organização social*, com a cadeira de Economia Política e Princípios de Direito Administrativo e Comercial e a transferência da sua tutela para o Ministério do Reino⁽⁶⁾. Certamente que a importância reconhecida ao ensino das “ciências

⁽⁴⁾ Teixeira Bastos, “A sociedade portuguesa e a filosofia positiva”, em *O Positivismo*, Lisboa, 4 (1881-1882), p. 318. Este mesmo texto faz parte do prólogo da obra do autor *Princípios da Filosofia Positiva*, extraídos do *Curso de Filosofia Positiva de Augusto Comte*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Editores, vol. I, pp. V-XXII.

⁽⁵⁾ *Ibidem*, p. 317.

⁽⁶⁾ Para compreender a influência que esta escola exerceu na difusão do positivismo, remetemos para o importante trabalho de Ana Luísa Janeira sobre a Escola Politécnica de Lisboa, em que submete a análise a organização do discurso científico, a partir do que designa de instâncias básicas do sistema epistémico da Escola. Nelas encontra as marcas da orientação positivista, não somente na articulação das disciplinas num sistema geral.

⁽³⁾ Teófilo Braga, *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, Lisboa, 1879, Nova Livraria Internacional, vol. XI, p. 103.

de aplicação material” destinado a qualificar a juventude para ser agente da prosperidade do País, conforme salientava Herculano na sua oposição ao projecto de lei para restaurar o Real Colégio dos Nobres, apresentado na Câmara de Deputados, em 6 de Agosto de 1840, se apresenta como ideal de ensino de que o País carecia com urgência em lugar de traduzir a situação realmente existente. Apesar dos propósitos eminentemente práticos dos cursos, a investigação e a experimentação eram praticamente inexistentes, pelo que os autores ligados ao positivismo, salvo algumas excepções de que Miguel Bombarda foi um exemplo⁽⁷⁾, se limitaram à divulgação dos resultados da investigação que se fazia no estrangeiro e à recitação de cartilhas, em que pontificavam as concepções de Comte, Littré, Darwin, Haeckel e Spencer.

2. Difusão do Positivismo

Em vários campos do ensino em Portugal, cedo se percebeu a importância que o *Curso de Filosofia Positiva* poderia representar para os desígnios de modernização do país. Várias escolas e personalidades ganharam particular destaque na sua divulgação, que havia sido iniciada em Portugal por via do ensino das matemáticas, nas escolas de ensino superior politécnico. Mas também, no ensino universitário, é conhecido o testemunho de António Zeferino Cândido que recorda o ambiente das Faculdades de Matemática e de Filosofia da Universidade de Coimbra quando as frequentava como estudante, na primeira metade dos anos setenta, dizendo que o sistema comteano era seguido por professores e alunos, nos diferentes cursos que lá eram ministrados. Sabemos ainda do pioneirismo de Emídio Garcia, na Faculdade de Direito, e da difusão feita por Augusto Rocha, na Faculdade de Medicina, assim como por José Falcão, Francisco Augusto Correia Barata e Bernardim Machado, em que eram manifestas as influências de Comte, Littré, Stuart Mill, Herbert Spencer, o evolucionismo de Darwin, o monismo de Haeckel, bem como dos ideais sociais e políticos de Proudhon⁽⁸⁾.

Na difusão da filosofia positivista em Portugal deverá mencionar-se o papel da obra de Teófilo Braga e do seu magistério no Curso Superior de Letras, a partir de 1872. A orientação positivista de Teófilo Braga não consistiu numa mera exposição das concepções de Comte e de Littré, mas integrou novos contributos trazidos pelo desenvolvimento das ciências, nomeadamente a Fisiologia e a Etnologia, assim como as críticas dirigidas a algumas concepções de Augusto Comte, por Mill, Spencer e outros. Como declara logo

de ensino mas também na forma hesitante de lidar com as exigências epistemológicas do suporte indutivo, a elas inerente, e com o envolvimento da Escola no desígnio social e económico, que constituía a razão de ser da formação que ministrava. Cf. Ana Luísa Janeira, *Sistemas Epistémicos e Ciências. Do Noviciado da Cotovia à Faculdade de Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1987, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Cf. José Luís Brandão da Luz, “A propagação do positivismo em Portugal”, em Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português*, Lisboa, 2004, Editorial Caminho, vol. IV, tomo I, pp. 247-250.

⁽⁷⁾ Cf. José Luís Brandão da Luz, “A Materialismo e positivismo na definição da psicologia”, *ibidem*, pp. 324-325.

⁽⁸⁾ Cf. José Luís Brandão da Luz, “A propagação do Positivismo em Portugal”, *ibidem*, pp. 253-259.

no início da introdução à obra *Traços Gerais da Filosofia Positiva Comprovados pelas Descobertas Científicas Modernas*, Teófilo procura confrontar as bases fundamentais do positivismo com os mais recentes resultados da ciência. Propõe-se mesmo contribuir para a sua renovação, integrando os resultados alcançados em diferentes domínios do saber, sem deixar de seguir as orientações estabelecidas por Comte, que preconizavam a exclusão do absoluto e o reconhecimento da verdade com base no verificável e no demonstrável.

No estado emancipado da Humanidade, não têm sentido as explicações que admitem a intervenção de agentes sobrenaturais, como acontecia no estado teológico, ou que procuravam o conhecimento da natureza íntima da realidade por meio das noções abstractas das suas causas primeiras e finais, como no estado metafísico. O conhecimento científico teria tomado os lugares que eram ocupados pela religião e pela metafísica e posto em questão a consistência das instituições sociais e políticas que nelas se apoiavam, designadamente, a concepção absolutista do Estado e o carácter imutável do Direito.

A organização política da sociedade apresentava-se aos olhos de Augusto Comte desajustada das dinâmicas criadas pela Revolução Industrial e das orientações que o desenvolvimento das ciências, o florescente poder espiritual dos tempos modernos, poderiam trazer à ordenação do poder político. Na visão de Comte, o Estado moderno envolve a sua actuação centralizadora na atmosfera religiosa de um poder espiritual que lhe não pertence, mas de que se serve para impor à vida social um controlo administrativo estritamente jurídico. Uma complexa codificação legislativa de regras passa a determinar o quadro legal dos comportamentos socialmente aceitáveis. O poder espiritual, que tradicionalmente operava na sociedade sob a égide dos costumes, da opinião dos mais idóneos, das igrejas e da consciência moral, vê-se esvaziado da sua função unificadora. Esta passa a ser exercida pelo poder temporal do Estado que também passa a tutelar, através do aparelho judicial, o poder espiritual, agora revestido de uma dimensão secular. Em consequência desta subordinação instalou-se uma nova concepção de divindade. Deus dá o seu lugar à Humanidade, que passou a dar expressão aos valores da soberania popular, da igualdade da natureza humana, chamando a atenção para a dimensão social do interesse comum e para a dimensão moral da sociedade, que não se deixa dirigir pela regulação que o poder político pretende impor por via do direito. Estes valores contribuíram para dissolver o sistema católico-feudal, mas acabaram por não conferir um carácter programático a essa transformação política. Limitaram-se a enunciar princípios meramente teóricos que oscilavam entre o cepticismo e a anarquia revolucionária⁽⁹⁾.

3. Do Estado de Direito ao Estado social

A nova ordem política, que a Revolução Francesa prometeu e foi incapaz de cumprir, passa, como Comte diz no *Discurso sobre o Espírito Positivo*, pela promoção de uma política popular de índole social assente na ordem moral e não na autoridade política do imperativo

⁽⁹⁾ Cf. José Luís Brandão da Luz, *La société industrielle et la vision comtienne de l'homme*, sep. de P. Billouet, J. Gaubert, N. Robinet et A. Stanguennec (éd.), *L'homme et la réflexion*, Paris, 2006, J. Vrin, pp. 224-227.

das leis. O interesse comum de todos suscita sentimentos e esquemas de solidariedade e de cooperação, numa república em que os poderes da indústria e do saber científico conduzem a outra forma de pensamento político diferente daquela que se encontra na base da organização do Estado nacional centralista. A república comteana não será de natureza política, mas social. Por isso, não coloca no cenário das aspirações do proletariado a sua participação no poder político. A nova ordem política assenta na confiança recíproca e na preponderância da Moral que, conforme a prática corrente dos agentes industriais, promove o acordo espontâneo entre as pessoas, sem a coacção do dirigismo político centralizado. Trata-se pois de uma visão nova da república que, não se constituindo como um corpo de disposições legais e regulamentares, toma por base das relações sociais o altruísmo, a isenção, a cooperação, a responsabilidade e todo o conjunto de pautas sociais que promovem a convergência das condutas para o interesse comum. Mais do que o corpo legislativo organizado pelo Direito, a nova república positivista aposta na modelação dos sentimentos, na formação da opinião pública e das representações individuais, preconizando o investimento na Educação que promove a interiorização desses valores.

Comte encontra o modelo de construção do ideal novo de Estado social nas singularidades de gestão da actividade industrial e na sua dimensão transnacional. O que torna a indústria um novo paradigma do Estado moderno é ela apresentar-se como um poder de ordem social e não revestir o formato que tem caracterizado o poder de carácter político. O teor administrativo e não governativo da acção dos responsáveis pela indústria torna a sua gestão totalmente independente dos esquemas organizativos do poder político, tal como ele se exerce nos estados concentracionários. Na visão de Comte, as chefias industriais são detentoras de uma consciência cívica que as torna sensíveis aos interesses das partes que constituem o tecido social das empresas. A sua perspectiva tem por horizonte os desígnios globais da Humanidade no seu todo, assumindo-se como depositárias de um interesse colectivo que lhes compete gerir com abnegação e responsabilidade, sob o permanente controlo de uma opinião pública vigilante que avalia o seu desempenho. Opõe-se à concepção liberal da ordem social, que é desagregadora, por assentar na simples justaposição de interesses individuais ou na sua oposição. Ao contrário da anarquia da política económica liberal, a actividade industrial está subordinada às directrizes do interesse comum ou da prosperidade geral. O liberalismo económico orienta a linha do progresso social numa direcção contrária aos “mais legítimos interesses da classe mais numerosa, cujas justas reclamações tendem necessariamente a suscitar colisões cada vez mais graves, na medida em que as relações industriais estiverem abandonadas a um simples antagonismo físico, pela ausência de toda a sistematização racional”⁽¹⁰⁾.

Outros vectores da coesão social que, nesta sequência, Teófilo Braga particularmente valoriza em vários dos seus estudos, são a Religião, a Arte, a Língua, a Moral. Para compreender a sua importância na formação da identidade do povo haverá que submetê-los ao exame do “método etnológico”, que desvendará as particularidades da sua emergência, como uma criação colectiva, em geral, inconsciente e anónima. A formação da Língua,

da Arte, da Moral, do Direito ou de uma Religião não se opera por um acto deliberado da vontade, de carácter mais ou menos contratual, susceptível de ser localizado no espaço, datado ou até mesmo atribuído a protagonistas específicos. Pelo contrário, todos esses fenómenos, antes de serem abordados como um facto histórico e um corpo doutrinal, respondem a “tendências impulsivas de um movimento que trepida em busca de mais fácil equilíbrio”⁽¹¹⁾. As transformações sociais, políticas, morais ou económicas, não surgem por decreto do poder político, mas compreendem-se pelo seu enraizamento na sociedade, ou seja, pela consonância que apresentam com o substrato étnico.

Na sua origem, os movimentos sociais são actos psicológicos inconscientes e emotivos que se generalizam até alcançarem uma estabilidade organizada nas instituições sociais. Assim acontece com a linguagem humana, que se forma antes de ser regulamentada pela disciplina da gramática, verificando-se o mesmo com a organização da sociedade, que se estrutura politicamente antes dos grupos sociais se subordinarem aos princípios dos regimes de poder que os governam. Do mesmo modo, as religiões, antes de aparentarem a sistematização doutrinária que a elaboração teológica tece, fizeram parte das experiências espontaneamente vividas pelas populações. Para Teófilo, “todas as instituições tiraram do automatismo orgânico as condições de conservação, e nelas se desenvolveram as forças racionais que as vão tornando conscientes”⁽¹²⁾. É uma matriz originária comum que as faz ser agentes dinâmicos de um mesmo destino de coesão social. A religião, em particular, pela partilha que o grupo social faz da crença, manifesta-se de forma espontânea nos costumes e nos comportamentos tutelados pelas instituições, representando por isso um elemento relevante de unificação, embora este importante desígnio tivesse ficado irremediavelmente comprometido pelos conflitos violentos que os inúmeros confrontos provocaram.

4. As festas da civilização

O Estado social não é apenas resultado de forças de ordem conservadora, que o tornariam estagnado ou mesmo regressivo. Haverá que considerar, diz Teófilo, os factores que dirigem a sua transformação, onde sobressai a influência da acção renovadora de certas personalidades que, conforme desenvolve a teoria do “Grande Homem”, rompem com o predomínio absoluto dos costumes e das tradições, dirigindo a sociedade na perspectiva do futuro. A tendência conservadora, que faz resistir a sociedade às investidas das ideias perturbadoras da ordem estabelecida, é contrariada pela força que a arrasta para o progresso e a todos congrega na cooperação de um fim comum, apesar da divergência dos interesses individuais ou de grupos, da discrepância de opiniões, dos desencontros de gerações, dos desníveis de instrução e educação, dos retrocessos inesperados.

A acção de importantes personalidades na liderança de cada época da História tem por base a concepção positivista do papel do indivíduo que se compreende, não pela ligação a um grupo restrito ou a interesses particulares, mas pela integração na lógica do projecto

⁽¹¹⁾ Teófilo Braga, *Sistema de Sociologia*, Lisboa, Tipografia Castro Irmão, 1984, p. 83.

⁽¹²⁾ *Ibidem*, p. 70.

⁽¹⁰⁾ A. Comte, *Cours de philosophie positive*, Paris, 1975, Hermann, vol. II, 56.ª lição, p. 579.

universal da Humanidade, capaz de mobilizar em seu favor as luzes que as ciências e as técnicas trazem em seu apoio. Os papéis das grandes individualidades da História não é serem, à maneira de Hegel, instrumentos de um destino que as arrasta e projecta acima da Humanidade e as isenta do julgamento moral segundo os padrões comuns. A acção do “Grande Homem” destaca-se da colectividade pela sua capacidade de discernimento para intervir com oportunidade na complexidade do meio social e assumir a sua coordenação por meio de uma “acção consciente da vontade sobre o automatismo tradicional e consuetudinário”⁽¹³⁾. Atender à acção desenvolvida por personalidades proeminentes que modificam a linha de rumo do progresso humano constitui o meio para perceber como se exerce ou actua essa força desconhecida que conduz ao progresso das sociedades, ou seja, como é que essa força espontânea e inconsciente, perturbadora da ordem estabelecida, nos organismos vivos e nos grupos sociais, se põe ao serviço “de uma transformação voluntária e de um progresso consciente capaz de ser previsto”⁽¹⁴⁾.

O ritmo do progresso social é marcado pelas capacidades individuais das elites para promoverem o seu desenvolvimento, pelo que o estudo psicológico do indivíduo projecta uma clarificação da evolução histórica da sociedade. O domínio cultural nunca poderá ser devidamente entendido à margem da vida social que oferece as condições para o indivíduo exprimir as suas capacidades, porém, “existem ideias que impulsionam imediatamente as sociedades, que só poderiam ser concebidas por um indivíduo”⁽¹⁵⁾. É desta forma que se poderá compreender o empenho de Teófilo na defesa do carácter cívico da evocação nacional dos grandes vultos da Pátria, nas festividades dos centenários. A comemoração colectiva das grandes individualidades e efemérides constitui uma forma de despertar e congregar os sentimentos adormecidos e dispersos no íntimo de cada indivíduo. Mas representa acima de tudo uma chamada à mobilização geral de um povo em redor do que o pode regenerar, ou seja, daquilo que interpreta ou sintetiza os seus mais elevados desígnios de felicidade e progresso, que a Ciência e a Indústria prometem realizar.

Para Teófilo, os sentimentos individuais e a satisfação das necessidades colectivas, que outrora obtinham resposta na religião e no culto, passaram a encontrar resposta nas “grandes festas da Civilização”. Contam-se, entre elas, as grandes *Exposições*, industriais e agrícolas, que, ao mostrarem o progresso social realizado por fins pacíficos pela Indústria, são a afirmação do poder do trabalho, apesar da instabilidade provocada pela agitação laboral e pelas políticas governativas de protecção às indústrias; a celebração dos *Centenários* evocativos de grandes personalidades e acontecimentos, que enaltecem os valores morais da solidariedade e do altruísmo, apesar dos esforços da Igreja para controlar a sociedade, pela família, o ensino e a condenação, pelo *Syllabus*, do progresso das ciências; finalmente, os *Congressos*, em que se reconhece o poder espiritual da Ciência, que eleva a sociedade ao nível da Humanidade, contra a “pedantocracia” dos sábios, universitários, jornalistas

e políticos que, adormecidos pelos benefícios que o sistema lhe concede, teimam em não reconhecer os progressos da civilização⁽¹⁶⁾.

O terceiro centenário da morte de Camões representa, concretamente para Portugal, “a síntese do seu carácter nacional”⁽¹⁷⁾ e a afirmação do seu valor no conspecto das nações. O nome e a obra de Camões fazem reacender na sociedade portuguesa a consciência da sua identidade como povo e do seu lugar na História da Humanidade. A epopeia de *Os Lusíadas*, como Teófilo escreve no prólogo da obra *Camões e o Sentimento Nacional*, constitui a expressão estética mais sublime da gesta de um povo que, em Aljubarrota e pelos Descobrimentos, forjou um ideal colectivo e empreendeu uma acção comum, que “transformou uma Pátria numa Nacionalidade histórica”. É aliás bem elucidativa, no discurso inaugural que Teófilo proferiu na abertura solene do Congresso das Associações Portuguesas, realizado por ocasião do centenário de Camões⁽¹⁸⁾, a ênfase dada ao acontecimento como “manifestação do sentimento nacional”, da “vitalidade de um povo” e da sua “força orgânica” para se levantar da decadência económica, intelectual e social em que vive.

Nesse mesmo discurso, a autoridade de Saint-Simon e de Comte é invocada para fazer ver a urgência de empreender uma profunda reorganização da sociedade, fazendo substituir a força militar pela técnica ao serviço da indústria, o poder das divindades pela exaltação dos sábios, que trouxeram o progresso da sociedade e uma nova concepção de verdade. É este o sentido mais profundo que animou também a celebração do Centenário do Marquês de Pombal, em 1882. Pondo de parte o modo, “muitas vezes repugnante, criminoso e com uma certa monstruosidade moral”⁽¹⁹⁾, como empreendeu a sua acção reformadora, este centenário pretendeu pôr em evidência o seu importante papel na abertura do País ao desenvolvimento das ciências e à clarividência do pensamento dos Enciclopedistas, que contribuíram para renovar as mentalidades e libertar a Europa do *Ratio Studiorum* dos jesuítas⁽²⁰⁾. A acção renovadora de Pombal, que se traduziu na secularização do ensino, na reforma da Universidade, na abolição da escravatura, no desenvolvimento da indústria, na defesa do interesse nacional, contra a influência inglesa, tornou-se por isso um pilar da coesão nacional e “um impulso para novos destinos”⁽²¹⁾.

A celebração dos centenários, como festas da “regeneração nacional”⁽²²⁾, representa a forma de dar satisfação aos sentimentos de amor e admiração pelos vultos da história. Após a decadência do catolicismo, estas festividades colectivas são o renascer da festa,

⁽¹⁶⁾ Cf. *ibidem*, p. 17; José Brandão da Luz, *Teófilo Braga e a dinâmica social da religião*, em Cassiano Reimão e Manuel Cândido Pimentel, (org.), *Estudos Dedicados ao Prof. Doutor Manuel Barbosa da Costa Freitas*, Lisboa, 2003, Universidade Católica Portuguesa, pp. 373-395.

⁽¹⁷⁾ Teófilo Braga, *Os Centenários como Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas*, Porto, 1884, Tip. de A. J. da Silva Teixeira, p. 5.

⁽¹⁸⁾ Cf. Teófilo Braga, *Camões e o Sentimento Nacional*, Porto, 1891, Livraria Internacional de Ernesto Chardon, pp. 305-311.

⁽¹⁹⁾ Teófilo Braga, *Os Centenários como Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas*, p. 187.

⁽²⁰⁾ Cf. *ibidem*, p. 206.

⁽²¹⁾ *Ibidem*, p. 183.

⁽²²⁾ *Ibidem*, p. 230.

⁽¹³⁾ *Ibidem*, p. 146.

⁽¹⁴⁾ *Ibidem*, p. 147.

⁽¹⁵⁾ *Ibidem*, p. 439.

na sua plena autenticidade, agora sob os auspícios do Positivismo. Trata-se, como Comte havia previsto, da forma actual de manifestar os sentimentos colectivos da nova “religião *demonstrada*”, que enaltece como modelos a seguir aquelas personalidades “que contribuíram para o bem-estar social por uma ideia, por uma invenção, por uma intervenção oportuna, por qualquer sacrifício, enfim!”⁽²³⁾.

*

A filosofia positivista põe em evidência os vectores principais de desenvolvimento dos tempos modernos, a ciência e a indústria, que impõem à sociedade uma nova ordem política, de índole científica, laica e baseada nos sentimentos que congregam o povo na partilha de vivências comuns. A coesão do Estado, longe de se poder compreender como obra do Direito, firma-se na homogeneidade da língua e dos costumes, na convergência dos interesses e na promoção do bem comum, de investidores e operários, acima dos interesses individuais ou de grupos. A tradição que se constitui pela História e se difunde pela fé no destino supremo da Humanidade tem nas grandes celebrações cívicas a forma de revitalizar e reassumir as referências básicas da sua identidade. Por seu turno, o incremento da economia industrial constitui-se como factor de agregação social por subordinar o egoísmo dos interesses sectoriais de grupos, famílias ou indivíduos, aos parâmetros de um sistema de produção industrial e de comércio, de dimensão transnacional, que favorece a promoção do bem comum de toda a Humanidade. O sistema social que tenha por base a mundialização das relações industriais e comerciais, que não conhece os constrangimentos que as fronteiras nacionais impõem, é uma garantia de paz mundial, a qual encontrará num sistema monetário comum o agente catalizador ou o traço de união dessa política positiva que poderá promover a unificação da humanidade inteira⁽²⁴⁾.

Em termos globais, a filosofia positiva pretende dar expressão aos desígnios que a economia industrial se propõe realizar, colocando ao seu serviço a enciclopédia dos saberes, necessária à formação das competências que favorecem a sua expansão, e formando uma opinião pública sensível à promoção do altruísmo, do bem comum e da prosperidade geral que a dinâmica do sistema industrial põe em marcha. Todos trabalham para todos, dependendo cada um de uma rede de produtores, comerciantes, técnicos, administradores, capitalistas que ordenam a circulação dos bens. O poder industrial, ao pôr por terra as formas antigas de dominação, que a classe média tem tendência a perpetuar, em aliança com as classes superiores, converge com o interesse dos operários proletarizados. Os novos meios de produção viabilizam um tipo de relações sociais que reflecte a melhoria das condições de vida da população, designadamente o progresso industrial, que constitui um factor de equilíbrio “entre a humanidade civilizada e o teatro da sua progressão colectiva”⁽²⁵⁾. A ideia de Humanidade preside à transformação do mundo, pondo em evidência os valores

de soberania popular e de igualdade entre os homens, incompatíveis com a estrutura e os compromissos que o regime monárquico dava guarida.

A emancipação do País das dependências de uma instrução, que o mantinha alheado dos progressos do conhecimento científico e das conquistas da tecnologia, e que simultaneamente o mantinha refém de um sistema político que definia o interesse geral em função dos privilégios de alguns dos seus protegidos, constitui um propósito sob que se acobertam os defensores do progresso, designadamente os que preconizam a instauração da República e se mostram adeptos dos ideais positivistas. Apesar da oposição de que foi alvo, o Positivismo acabou por inscrever na agenda do debate público e nas consciências dos cidadãos um conjunto de temas que visaram a reforma do Estado, na linha da modernização e do ideário republicano, ou que pelo menos se mostrou em consonância com o evoluir do processo histórico da sociedade portuguesa, da Regeneração à República.

⁽²³⁾ *Ibidem*, pp. 199-200.

⁽²⁴⁾ Cf. A. Comte, *Système de politique positive ou traité de sociologie instituant la religion de l'Humanité*, Paris, 1929, *Société positiviste*, v. II, pp. 153-155.

⁽²⁵⁾ A. Comte, *Cours de philosophie positive*, vol. II, 49.ª lição, p. 162.